

Terminologias linguísticas na escolaridade básica e secundária Objectivos, conteúdos e modos de constituição *

RUI VIEIRA DE CASTRO
(Universidade do Minho)

Neste texto serão desenvolvidas as seguintes linhas de argumentação:

i) a questão da Terminologia Linguística no âmbito do ensino das línguas ganha em ser discutida no quadro da definição do conhecimento linguístico pedagogicamente válido e, portanto, mediatamente, no quadro dos objectivos cometíveis ao ensino do português, o caso que aqui particularmente nos interessa;

ii) a discussão acerca da Terminologia Linguística não deve ser limitada aos aspectos da sua concepção, devendo integrar desde o início dimensões relativas à sua circulação e apropriação, o que significa que:

iii) a problematização da Terminologia Linguística não pode deixar de considerar os diversos níveis de produção e reprodução do discurso pedagógico e a natureza das suas inter-relações.

A exploração destas linhas de análise será aqui desenvolvida tendo em consideração:

a) a configuração, historicamente perspectivada, do conhecimento linguístico legitimado no campo pedagógico;

b) a natureza do campo pedagógico, das suas agências, agentes e relações mútuas;

c) as articulações (e desarticulações) do campo pedagógico com o campo linguístico.

1.

Uma digressão pelos textos programáticos que historicamente regularam a disciplina de Português/Língua Portuguesa nos estudos secundários tornará patentes concepções que privilegiam uma definição desta disciplina escolar, naquilo que diz respeito à dimensão dos conteúdos, assente no conhecimento gramatical e no conhecimento literário, designadamente, histórico-literário. A análise dos textos programáticos, textos que, no caso

português, são produzidos ao nível do estado e constituem o lugar de delimitação do conhecimento legítimo e das formas legítimas para a sua transmissão, permite verificar ocorrências em que o enunciado programático está exclusivamente centrado na enumeração de conteúdos, e em que esses conteúdos são apenas de natureza linguístico-gramatical. Não sendo esta, porém, uma situação típica, no sentido em que os programas escolares de Português/Língua Portuguesa integram, em outros momentos, outras dimensões e outros conteúdos, não deixa de ser significativo o facto de a sua caracterização mínima poder ter o seu núcleo localizado na dimensão dos conhecimentos de natureza linguístico-gramatical.

A este propósito, será relevante considerar, na longa duração, a natureza da presença deste conhecimento. Um estudo anteriormente desenvolvido permitiu perceber o carácter constitutivo do conhecimento linguístico-gramatical em relação à disciplina de Português e verificar que “os conhecimentos linguísticos definidos como válidos pelos textos programáticos e as suas formas de organização [...] são bastante estáveis, estabilidade que ultrapassa inclusivamente grandes rupturas realizadas nos planos curriculares e no sistema educativo em geral” (Castro, 1995, 268). A este facto pode acrescentar-se a existência de uma tradição particularmente consolidada relativamente à “discriminação da informação linguística nos textos programáticos da disciplina de Português [e] um consenso sobre os momentos do currículo onde cabe a presença dos conhecimentos linguísticos e a forma dessa presença” (Castro, 1995, p. 251).

2.

Pela sua própria natureza de textos reguladores gerais, os programas escolares, relativamente ao corpo de conhecimentos que circunscrevem, adoptam uma estratégia mais *designativa e ilustrativa* do que *descritiva* ou *explicativa*. Assim, cumprem uma dupla função — por um lado, constituem um repositório terminológico, por outro lado, e em simultâneo, delimitam o conhecimento pedagogicamente válido. É sob esta perspectiva que me proponho agora analisar o conteúdo dos programas escolares; para o efeito, a partir de uma terminologia de contraste, a Nomenclatura Gramatical Portuguesa (NGP), procurarei averiguar o grau de flutuação ou de invariância das opções sucessivamente adoptadas, na consideração de duas áreas tradicionalmente configuradoras do conhecimento gramatical: morfologia, sintaxe.

A avaliação da presença dos conteúdos tomará como referência a explicitação produzida, e terá em conta os indicadores seguintes:

- [+] presença sistemática da categoria (mais de 1/2 de presenças nas subcategorias contempladas na NGP);
- [±] presença da categoria (menos de 1/2 de ocorrências das subcategorias);
- [-] ausência da categoria.

A título de exemplo: a categoria *grau do nome* é analisada na NGP nas subcategorias *normal*, *aumentativo*, *diminutivo*; se num determinado programa escolar se constatava a presença de pelo menos duas destas subcategorias, ele era descrito como [+]; a presença de apenas uma das subcategorias equivaleria a [±]; a sua ausência total a [-].

O Quadro 1 apresenta os resultados da descrição de cinco textos programáticos que correspondem a marcos relevantes na história da disciplina de Português.

Quadro 1
Presença dos conteúdos gramaticais nos programas escolares

Categorias de análise	Programas escolares				
	1895	1936	1947	1954	1981
<i>Morfologia</i>					
A. Flexão das palavras	+	-	+	+	-
B. Categorias gramaticais	-	±	-	-	-
C. Classes de palavras	+	+	+	+	+
I- Substantivos					
1. Classificação	-	+	+	+	-
2. Género	+	+	+	+	+
3. Número	+	+	+	+	+
4. Grau	-	+	+	-	+
5. Locuções substantivas	-	-	-	-	-
II- Artigos					
1. Classificação	-	+	+	+	-
2. Género	-	-	-	-	-
3. Número	-	-	-	-	-
III- Adjectivos					
1. Género	+	-	-	-	+
2. Número	+	-	-	-	-
3. Grau	-	-	-	-	+
4. Locuções adjectivas	-	-	-	-	-
IV- Numerais					
1. Classificação	-	+	+	+	-
2. Género	-	-	-	-	-
3. Número	-	-	-	-	-
4. Locuções numerais	-	-	-	-	-
V- Pronomes					
1. Classificação	±	±	±	±	+
2. Género	-	+	+	-	-
3. Número	-	+	+	-	-
4. Pessoa	-	+	+	-	-
5. Locuções pronominais	-	-	-	-	-
VI - Verbos					
1. Classificação	±	±	±	±	±
2. Conjugações	+	+	+	+	+
3. Voz	-	+	+	+	+
4. Modo	+	+	+	+	±
5. Tempo	+	+	+	+	+
6. Aspecto	-	-	-	-	+
7. Número	-	+	+	+	+
8. Pessoa	-	+	+	+	+
9. Formas nominais	-	-	-	-	-
10. Forma adverbial	-	-	-	-	-
11. Formas especiais de conjugação	±	+	+	+	+
12. Locuções verbais	-	-	-	-	-
VII - Advérbios					
1. Classificação	±	±	+	+	-
2. Grau	-	-	-	-	+
3. Locuções adverbiais	-	+	+	+	+
VIII - Preposições					
				+	

IX - Conjunções						
	1. Classificação	+	+	+	+	+
	2. Locuções conjuncionais	-	+	+	+	+
X - Interjeições						
	1. Interjeições	+	+	+	+	+
	2. Locuções interjectivas	-	+	+	+	-
Sintaxe:						
A - Construção:						
	I - Concordância	+	+	+	+	+
	II - Regência	-	-	-	-	-
	III - Colocação	-	-	-	-	-
	IV - Coordenação	-	-	-	-	+
	V - Subordinação	-	-	-	-	+
	VI - Correspondência dos tempos	-	-	-	-	-
B - Funções sintácticas						
	I - Na oração					
	1 Elementos fundamentais da oração	±	+	+	+	+
	2 Elementos complementares da oração	+	+	+	+	±
	3. Vocativo	+	+	+	+	-
	4. Expressão de realce	-	-	-	-	-
	5. Núcleo	-	-	-	-	-
	II. No Período					
	1. Tipos de período	-	+	+	+	+
	2. Composição do período	+	-	-	-	+
	3. Classificação das orações	±	+	+	+	±
C. Espécies de discurso						
	Discurso directo	-	-	-	-	-
	Discurso indirecto	-	-	-	-	-
	Discurso indirecto livre	-	-	-	-	-

Se considerarmos, num primeiro momento, os programas escolares anteriores à aprovação da NGP, verificaremos que a análise dos dados agora disponibilizados suscita algumas considerações sobre os princípios constitutivos do conhecimento gramatical escolar e da terminologia que lhe é associada que poderíamos apresentar do modo seguinte:

i) os programas escolares de Português comportam um corpo de conhecimentos e uma terminologia caracterizados pela *estabilidade*;

ii) trata-se de um corpo de conhecimentos caracterizado por um *elevado grau de circunscrição*.

A similitude dos princípios subjacentes às operações de delimitação dos conhecimentos é sobretudo evidente quando se consideram os textos correspondentes aos anos de 1936, 1947 e 1954.

Estes dados permitem também hipotetizar, desde já, algumas explicações acerca da natureza do conhecimento e da terminologia gramatical escolar: tratar-se-á, em larga medida, de objectos submetidos a um processo de naturalização, dada a quase total ausência de procedimentos de problematização traduzidos na supressão, incorporação ou transformação dos conteúdos; estão, pois, em causa objectos que têm como referência primeira o campo pedagógico e não outros campos, designadamente, o campo científico.

3.

A análise até aqui realizada limitou-se a considerar um nível de produção do discurso pedagógico - os programas escolares; porém, do meu ponto de vista, é absolutamente inadequada a discussão do tópico em questão, se não forem tidos em conta contextos e relações mais alargados. Não parece adequado, por exemplo, pensar como equivalentes a(s) terminologia(s) oficialmente proposta(s) a diversos níveis e aquelas que são actualizadas na aula ou nos manuais escolares. Aliás, a flutuação terminológica aparece normalmente como factor de constituição ou reorganização das terminologias gramaticais em vigor numa determinada sincronia.

A este propósito, considerarei agora o processo de elaboração da Nomenclatura Gramatical Portuguesa, buscando as razões da sua constituição e o tipo de objectivos que lhe subjazeram. Deve anotar-se, desde já, o facto, não certamente irrelevante, de o processo de construção desta terminologia ter sido despoletado quarenta anos após as primeiras tentativas de elaboração de uma terminologia oficial — no Congresso do Ensino Secundário, em 1927, havia sido apresentada e discutida uma proposta de uniformização da terminologia gramatical portuguesa —, e num contexto de alguma influência externa e de procura de alguma uniformização com a terminologia gramatical brasileira.

A Nomenclatura Gramatical Portuguesa, aprovada pela Portaria 22664, de 28 de Abril de 1967, no ponto de vista do legislador, visava “fixar a nomenclatura gramatical”, assim se procurando ultrapassar “as divergências perturbadoras” verificadas neste campo, por esta via se tentando contribuir para “a defesa e valorização da língua”. Deste modo concluíam-se um processo iniciado em Julho de 1963 (cf. Despachos de 4 de Julho de 1963, 22 de Julho de 1964, 8 de Fevereiro de 1965, 1 de Maio de 1965 e 13 de Novembro de 1965) e que envolvera a elaboração de três projectos sucessivos, o primeiro da autoria de Paiva Boléo, os restantes por uma Comissão que integrava, para além daquele Professor, Augusto Reis Góis, Francisco da Costa Marques, Adriano Leite Teixeira, M^a Alice Nobre Gouveia, e a sua submissão a discussão pública. Considera o legislador ter sido preocupação da Comissão “nortear-se por critérios científicos, de harmonia com os progressos da linguística, mas ao mesmo tempo pelo respeito da tradição e pelas imposições da pedagogia”, de forma a que “pudesse merecer a confiança do corpo docente e dos restantes interessados”. Anuncia-se ainda que a fixação da nomenclatura não se limitou à “nomenclatura gramatical”, alargando-se a outras “nomenclaturas linguísticas consideradas mais necessárias ao ensino”, prevendo-se o alargamento da experiência a “outros aspectos da língua portuguesa”.

Claramente, portanto, os objectivos da terminologia estão para lá da mera uniformização terminológica, inscrevendo-se numa lógica de redefinição dos próprios conteúdos linguísticos declarativos do ensino. Este princípio constitutivo coexiste com um outro — o da orientação para a uniformização da terminologia linguística entre Portugal e o Brasil ⁽¹⁾.

M^a Alice Nobre Gouveia, uma das AA. dos 2^o e 3^o Projectos, num relato que faz do processo de constituição da NGP (Gouveia, 1968) reconhece o valor referencial da experiência brasileira, afirmando que os textos do “Anteprojecto” e do “Projecto” brasileiro constituíram elementos informativos relevantes, assinalando, ao mesmo tempo, a identidade dos critérios básicos — “a exactidão científica das denominações e a coincidência com a nomenclatura gramatical de outras línguas românicas” (p. 205), apesar de ter sido em conta um outro princípio — o da “tradição dos termos na vida escolar”; este princípio explicaria algumas discrepâncias entre as opções tomadas em Portugal e no Brasil (por exemplo, a opção pelas designações *agudas*, *graves* e *esdrúxulas* vs. *oxítonas*, *paroxítonas* e *proparoxítonas*). A Autora expressa a sensibilidade da Comissão ao público destinatário da Nomenclatura e este parece ter sido um outro importante factor constitutivo da NGP: “A reacção de determinados sectores do professorado, que, talvez por deficiência de preparação, não compreendeu o proveito de certas inovações, levou a Comissão a modificar o esquema que estabelecera para as funções sintácticas. [...] porque se receou que o peso de velhos hábitos de ensino viesse, por enquanto, comprometer irremediavelmente a adaptação às novas directrizes” (p. 207).

Em suma, a apresentação da Nomenclatura é abertamente enquadrada na “renovação do ensino do Português”, esperando-se que os novos programas “obedeçam a uma visão mais ampla do estudo da língua”. A natureza da tarefa que lhe estava cometida — a unificação e simplificação da nomenclatura gramatical — e um entendimento restritivo do conceito de Gramática levaram a Comissão responsável pela sua elaboração a privilegiar a terminologia morfológica e sintáctica, o que não equivalia a desvalorizar totalmente a importância do conhecimento fonético ou semântico, por exemplo, para o campo da educação: “a Comissão não se julgou obrigada a apresentar a terminologia respeitante a todas estas disciplinas [linguísticas], mas também não se limitou ao campo da Gramática. Para não ir inteiramente contra a tradição e porque lhe pareceu conveniente para fins escolares, apresentou também a nomenclatura fonética, lexical e semântica considerada mais necessária ao ensino”; tal apresentação foi feita de acordo com o esquema seguinte:

Estudo da Língua Portuguesa	Fonética e Fonologia	Morfologia
	Lexicologia	
	Gramática	Sintaxe
	Semântica	
	Estilística	
	Versificação	
	História da Língua	

Resulta claro da leitura de alguns documentos relativos à constituição da NGP que esta foi sendo construída na confluência de tensões várias, privilegiando as “novas orientações da Linguística”. Neste contexto, será interessante considerar a recepção que, ainda no

plano do discurso pedagógico oficial, estas orientações sofreram. Se considerarmos os dados antes apresentados no Quadro 1, relativos aos programas escolares que vigoravam em 1981, poderemos verificar:

- i) uma grande proximidade entre as opções expressas neste programa e aqueles que configuram a tradição;
- ii) uma divergência significativa em relação às opções expressas na NGP, que entretanto já havia sido sujeita a algumas intervenções rectificativas que, pelo seu carácter pontual, afectaram necessariamente a sua consistência.

Torna-se assim claro que, apesar da proximidade entre a aprovação da NGP e estes programas escolares, não parece que se possa falar de uma incorporação sucedida quer dos princípios quer dos conteúdos da NGP no ensino da língua.

Entretanto, a NGP, convocada embora, às vezes como referente para alguns textos, acaba por vir a ser progressivamente ultrapassada e abandonada. O primeiro movimento consistente de reorganização da terminologia encontra expressão na Proposta de Nomenclatura Gramatical (PNG), da autoria de um conjunto de investigadores da Faculdade de Letras de Lisboa (Duarte et al., 1991). A Proposta apresentada, partindo do pressuposto de que “dominar uma terminologia é possuir um instrumento de trabalho indispensável”, é configurada em função de dois objectivos fundamentais:

- a estabilização terminológica — “partilhar uma terminologia permite que professores e alunos possam utilizar o mesmo vocabulário inequívoco e não ambíguo para se referirem aos mesmos conceitos e às mesmas classes de factos”;
- a relevância transdisciplinar: “o domínio de uma nomenclatura gramatical comum na disciplina de Português se repercutirá positivamente no ensino-aprendizagem das línguas estrangeiras”.

A configuração da Nomenclatura resulta da adopção de um conjunto de critérios (condições que a nomenclatura gramatical a adoptar deve satisfazer) de que cabe destacar:

- “a nomenclatura deve ter como fundamento o estado actual de conhecimentos em Linguística”;
- “a nomenclatura [...] deve ser adequada ao contexto pedagógico da sua utilização e a sua extensão e riqueza interna devem ser determinadas pelos objectivos definidos para a disciplina de Português”.

Da adopção destes princípios retiram os AA. algumas consequências que aparecem na base da exclusão “de termos que designam conceitos pouco rentáveis e de escassa operacionalidade”, bem como na adopção de princípios organizativos da Nomenclatura, como seja, a sua estruturação “por áreas dotadas de uma rica hierarquização interna”.

Relativamente à NGP, as principais modificações introduzidas prendem-se com:

- um nível mais elevado de especificação, quer no conjunto da terminologia, quer no âmbito estrito de cada um dos seus domínios;
- alterações no âmbito da terminologia através da inclusão de novas áreas;
- reposicionamento de conteúdos, envolvendo uma outra delimitação das fronteiras das diferentes disciplinas, com particular evidência no caso da morfologia e da sintaxe.

Embora do meu ponto de vista tal nunca seja apresentado de modo suficientemente explícito, o que assim se configura é, pois, um verdadeiro programa de ensino da língua, ao menos no que aos objectivos do domínio do conhecimento diz respeito. Apresentada esta Proposta no ano de 1991, não foi objecto de validação oficial, tornando-se difícil precisar em que medida ela influiu no corpo de conhecimentos que a escola tem instituído como legítimos.

Um exercício pode, no entanto ser feito: a sua comparação com as opções assumidas ao nível recontextualização pedagógica. Esta análise dar-nos-á informação acerca dos princípios dominantes relativamente ao conhecimento tido como válido, sobretudo se realizada sobre os manuais escolares, textos que hoje constituem uma referência fundamental para o ensino do português, revestindo cada vez mais a forma de “texto totalitário”, no sentido em que inscrevem em si a concretização global do projecto disciplinar. Considerámos para o efeito um conjunto de manuais escolares para o 9º ano da escolaridade, o ano terminal da escolaridade básica ⁽²⁾. Sobre estes manuais foi feito um levantamento de toda a terminologia referenciável ao trabalho sobre a língua, não apenas aquela que surgia no âmbito de fichas informativas, mas também de actividades pedagógicas. Os termos identificados foram depois objecto de uma filtragem que envolveu a supressão de termos relacionados com a teoria do texto: tipologias e estruturas textuais; versificação; conteúdos processuais associados às diferentes modalidades verbais. Os restantes vocábulos e expressões foram depois contrastadas com a PNG, desta comparação resultando os dados apresentados no Quadro 2, sendo as categorias utilizadas descritas por um procedimento idêntico ao adoptado no Quadro 1.

Quadro 2
Presença dos conteúdos gramaticais nos manuais escolares

Categorias de análise	Manuais escolares			
	A	B	C	D
I - GENERALIDADES				
1. Língua e mudança				
1.1. Variação	±	-	-	-
1.2. Quadro histórico, geográfico, social				
1.2.1. Parentesco				
1.2.1.1. Genealogia	±	±	+	±
1.2.1.2. Famílias	±	±	±	±
1.2.2. Variedades	±	-	+	±
1.3. Factores de mudança				
1.3.1. Factores externos	-	-	±	-
1.3.2. Factores internos	+	+	-	+
2. Perspectivas de análise linguística	-	-	-	+
II - GRAMÁTICA E NÍVEIS DE ANÁLISE LINGUÍSTICA				
1. A Gramática e as suas componentes	-	-	-	-
2. Níveis de análise linguística	+	+	+	+
3. Fonética e Fonologia				
3.1. Os sons da língua	+	+	+	+
3.2. Classificação dos sons				
3.2.1. Vozeamento	+	+	-	+
3.2.2. Ressonância	±	±	-	+
3.2.3. Articulação				
3.2.3.1. Vocálica	±	-	-	-
3.2.3.2. Consonântica	-	-	-	-
3.2.4. Sequência	+	+	-	+
3.3. A palavra				
3.3.1. Composição silábica	-	-	-	±
3.4. O acento				
3.4.1. De segmento	-	-	-	±
3.4.2. De sílaba	-	-	-	-
3.4.3. De palavra	-	-	-	+
3.5. A entoação				
3.5.1. Tipo de entoação	-	-	-	-
3.5.2. Elementos da entoação	+	±	-	±
3.6. Processos fonéticos	-	-	-	-
4. Léxico				
4.1. Unidade lexical	-	±	±	±
4.2. Expressões idiomáticas	-	-	-	+
4.3. Formas lexicais de expressão [...]	-	-	-	-
4.4. Neologia e neologismo	±	±	±	±
4.5. Formas lexicais em desuso	+	+	+	+
5. Morfologia				
5.1. Palavras	+	+	±	±
5.2. Constituintes de palavra	±	±	-	+
5.3. Flexão				
5.3.1. Flexão nominal	+	+	±	-
5.3.2. Flexão adjectival	+	+	-	±
5.3.3. Flexão verbal	+	+	±	+
5.3.3.1. Formas verbais simples	±	±	-	±
5.3.3.2. Paradigmas de flexão verbal	-	-	-	-
5.3.4. Flexão adverbial	-	-	-	-
5.4. Processos morfológicos de formação de palavras	+	+	-	+
5.4.1. Tipos de palavras	+	±	+	+

ACTAS DO XIII ENCONTRO NACIONAL DA APL

5.4.2. Derivação	+	-	±	±
5.4.2.1. Natureza dos afixos e processos de derivação	-	-	-	-
5.4.3. Composição	+	-	+	+
6. Semântica				
6.1. Significado	±	+	-	±
6.2. Significado literal e não-litera	-	-	-	-
6.3. Referência independente e dependente	+	+	-	-
7. Sintaxe				
7.1. Ordem de palavras	-	-	+	-
7.2. Estrutura das combinações de palavras				
7.2.1. Classes de palavras	+	+	+	+
7.2.1.1. Subclasses de palavras	+	±	±	±
7.2.2. Classes de constituintes				
7.2.2.1. Frase	+	+	±	+
7.2.2.2. Sintagma nominal	-	-	-	-
7.2.2.3. Sintagma adjectival	-	-	-	-
7.2.2.4. Sintagma verbal	±	-	-	-
7.2.2.5. Sintagma preposicional	-	-	-	-
7.2.2.6. Sintagma adverbial	-	-	-	-
7.3. Funções sintácticas dos constituintes na frase	+	+	±	+
7.4. Processos de concordância	-	±	-	±
8. Modos de enunciação				
8.1. Discurso directo	+	-	+	+
8.2. Discurso indirecto	+	+	-	+
8.3. Citação	+	-	-	-
8.4. Discurso indirecto livre	-	+	-	+
III - ESCRITA, ORTOGRAFIA E PONTUAÇÃO				
1. Relações entre som e grafia	±	-	±	+
2. Grafia	-	-	-	+
2.1. Escritas	-	-	-	-
2.2. Letra	-	+	-	+
2.2.1. Alfabeto	-	-	-	-
2.2.2. Dígrafos	-	-	-	-
2.2.3. Cedilha	-	-	-	+
2.2.4. Acentos	±	±	-	±
2.2.5. Sinais de ligação	±	-	-	-
2.2.6. Tipos de letra	-	-	±	±
3. Pontuação				
3.1. Sinais de pontuação	+	+	±	+
3.2. Sinais auxiliares da escrita	-	-	-	-
3.3. Sinais de espaçamento na escrita	-	-	-	-
3.4. Formas de destaque	-	±	-	-

Estes dados mostram a diversidade das opções tomadas, as restrições realizadas sobre o conteúdo da PNG, o carácter não estruturado, assistemático dos conceitos propostos nos manuais escolares e, por arrastamento, do conhecimento que eles denotam.

4.

Da análise realizada, de que gostaria de acentuar o carácter preliminar, poderão ser retiradas algumas conclusões acerca dos processos de geração das terminologias gramaticais e das formas da sua apropriação.

As terminologias gramaticais têm procurado responder a uma problema principal: a desconexão entre os conhecimentos cientificamente válidos e aqueles que numa dada sincronia constituem o conhecimento escolar legítimo, desconexão acentuada pela fragilização, em certos momentos históricos, das fronteiras entre o campo pedagógico e o campo linguístico, geradora de alguma instabilidade terminológica⁽³⁾. A resposta a este problema tem passados pela redefinição do conhecimento considerado válido que, num dos casos estudados, a NGP, ficou limitada a um dos níveis de produção oficial do discurso pedagógico, enquanto no outro, a PNG, não chegou sequer a ser objecto de validação oficial. Em ambos os casos, esta redefinição não parece ter preenchido as condições necessárias para uma sua apropriação consequente quer na escola, quer em outras instâncias de produção do discurso pedagógico. Como as razões para esta não apropriação ou apropriação inadequada não parece deverem ser procuradas na natureza das próprias terminologias, resta-nos procurá-las quer na forma da sua articulação com os princípios anteriormente dominantes, designadamente, com as práticas e concepções dominantes, quer nas formas da sua disseminação através de outras agências e agentes. O que desta dupla experiência deve ser retirado é a relevância da consideração das redes de circulação das terminologias nos próprios processos da sua geração. Por outro lado, a vinculação das terminologias aos conteúdos e objectivos de conhecimento do ensino do Português tornará eventualmente mais significativas para os seus utilizadores as alterações que neste domínio possam ser propostas.

NOTAS:

* Este texto inscreve-se no Projecto "Estatuto, funções e história do manual escolar" (JNICT/PCSH/C/CED/868/95).

(1) Estes mesmos princípios emergem com nitidez num texto de Gladstone Chaves de Melo, apresentado por ocasião do 1.º Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, realizado em Coimbra, em 1968, onde se dá conta do processo de construção da NGB. Aí se afirma o sentimento, partilhado "por professores e tratadistas do Brasil e de Portugal", da necessidade de uma nomenclatura gramatical que: a) "libertasse o ensino de uma rotina incompatível com os progressos da Linguística"; b) "buscasse e fixasse os nomes mais adequados à nova e correcta compreensão dos factos idiomáticos"; c) "obviasse ao inconveniente da dupla e tripla denominação". Não é certamente inocente a referência em primeira instância à necessidade de reorganizar o âmbito do conhecimento e, depois, o apelo a um novo entendimento dos factos linguísticos. No Brasil, este processo conduziu à aprovação da NGB, "recomendada" e "aconselhada", por Portaria de Janeiro de 1959.

(2) Os manuais foram seleccionados a partir de um inventário dos textos mais utilizados e menos utilizados na área metropolitana do Porto (Tormenta, 1996). Foram os seguintes os manuais analisados: Vera Baptista e Elisa Pinto, *Outros signos*, Lisboa, Lisboa Editora, 1994; M^ª Ascensão Teixeira e M^ª Assunção Bettencourt, *Língua Portuguesa 9*, Lisboa, Texto Editora, 1995; Fernanda Costa e Rogério Castro, *Viagens em português. 9*, Porto, Porto Editora, 1994; Lilaz Carriço e Justiniano Santos, *Nos caminhos do texto*, Porto, Porto Editora, 1994.

(3) Contributos para uma caracterização do estado das coisas no ensino da gramática no âmbito da disciplina de Português podem ser encontrados em Castro e Sousa (1989) e Mata (1991).

BIBLIOGRAFIA:

- CASTRO, Rui Vieira de (1995). *Para a análise do discurso pedagógico. Constituição e transmissão da gramática escolar*. Braga: Universidade do Minho.
- CASTRO, Rui Vieira de & SOUSA, Maria de Lourdes (1989). A gramática no ensino do Português: Estatuto e funções. In Fátima Sequeira, Rui Vieira de Castro & Maria de Lourdes Sousa (orgs.), *O ensino-aprendizagem do Português. Teoria e práticas*. Braga: Universidade do Minho.
- DUARTE, Inês, DELGADO-MARTINS, M^a Raquel, COSTA, Armanda, MATA, Ana Isabel, PEREIRA, Dília R. & PRISTA, Luís (1991). Proposta de Nomenclatura Gramatical. Versão actualizada. In AAVV, *Documentos do Encontro sobre os novos programas de Português*. Lisboa: Colibri.
- GOUVEIA, Maria Alice Nobre (1968). A Nomenclatura Gramatical Portuguesa. In AAVV, *Actas do I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a língua portuguesa contemporânea*. Coimbra.
- MATA, Ana Isabel (1991). Ensino da gramática: Uma caracterização. In AAVV, *Documentos do Encontro sobre os novos programas de Português*. Lisboa: Colibri.
- MELO, Gladstone Chaves de (1968). Breve relatório sobre as alíneas a), b) e c) do item III do temário do I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a língua portuguesa contemporânea. In AAVV, *Actas do I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a língua portuguesa contemporânea*. Coimbra.
- TORMENTA, J. (1996). *Manuais escolares. Inovação ou tradição?* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.